

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O “Atlântico negro” e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: memória e identidade.

Amilcar Araujo Pereira*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a importância das lutas de libertação nos países africanos e dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos para a constituição do movimento negro brasileiro a partir da década de 1970. Essas lutas fazem parte de uma “memória coletiva” e são recorrentemente citadas pelos militantes entrevistados como importantes referenciais para construção de suas próprias identidades como negros e como militantes políticos.

Abstract: The aim of this paper is study the importance of the struggles for independence in Africa and the civil rights movements in United States to the contemporary black movement constitution in Brazil, in the 70s. These struggles make part of a kind of “collective memory” and are usually cited by the interviewed activists as important references to the build of their own identities like blacks and activists.

O objetivo deste trabalho é analisar a importância das lutas de libertação nos países africanos e dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos para a constituição do movimento negro brasileiro a partir da década de 1970. Para que este objetivo seja alcançado, é necessário antes compreendermos o que seria esse movimento negro. Entendo por movimento negro, o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social.¹ Este trabalho estará focado na construção política do “movimento negro contemporâneo”, que surge, com suas características e especificidades, a partir da década de 1970.

Vale ressaltar que ainda na década de 1920 surgem jornais que fazem as primeiras denúncias e promovem manifestações contra a discriminação racial, que viriam, no início da

^{1*} Amilcar Araujo Pereira é doutorando em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nesse sentido, seria correto utilizarmos a expressão “movimentos negros” no plural. Entretanto, tenho verificado, ao longo de toda a pesquisa, que tanto as lideranças quanto os militantes desse movimento social se autodenominam e são denominados militantes do “movimento negro”, no singular, o que me autoriza a falar, assim como vários autores, em “movimento negro contemporâneo”.

década de 1930, a desembocar na construção de organizações políticas compostas por negros e voltadas para o combate ao racismo no Brasil.² A mais conhecida, a Frente Negra Brasileira, FNB, foi criada em 1931 em São Paulo e espalhou-se por vários outros estados. A FNB tornou-se, em 1936, um partido político, sendo fechado logo no ano seguinte, como todos os outros partidos políticos, pela ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Há vários outros casos de organizações negras surgidas a partir de então, como por exemplo a União dos Homens de Cor, UHC, criada em Porto Alegre em 1943 e com ramificações em 10 estados da federação; e o Teatro Experimental do Negro, TEN, criado no ano seguinte no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento. Essas organizações exerciam práticas político-sociais, hoje percebidas como práticas comuns ao movimento negro.

Segundo Regina Pinto, o termo “movimento negro” teria aparecido pela primeira vez em 1934, num texto publicado no jornal *A Voz da Raça*, que era o órgão de divulgação da FNB. (PINTO, 1993: 213) Contudo, esse termo passou a ser utilizado recorrentemente pelos militantes que se engajaram na luta contra o racismo durante a década de 1970. Em 1978, a criação do Movimento Negro Unificado, MNU,³ em 7 de julho, num ato público realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, que teve repercussão nacional e internacional, parece ter sido responsável pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento.

É importante ressaltar que as influências externas que serão apresentadas no decorrer deste trabalho, e que certamente contribuíram para a constituição do movimento negro no Brasil, de maneira nenhuma podem ser consideradas determinantes para o surgimento desse movimento social. A própria fundação do MNU, que se tornou um marco e uma espécie de impulsionador para a criação de diversas entidades negras pelo Brasil afora (como, por exemplo, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, CCN, em 1979, e o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, Cedenpa, em 1980), ocorreu em São Paulo em função do

² Desde o final do século XIX há registros de jornais voltados exclusivamente para assuntos relacionados à população negra, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Durante os anos 1920, boa parte desses jornais passa a ter um caráter reivindicatório e de denúncias das discriminações sofridas pela população negra que vivia nos centros urbanos, notavelmente nas cidades citadas. O *Clarim d'Alvorada*, fundado em 1924, por José Correia Leite em São Paulo, é considerado por alguns autores como um dos primeiros instrumentos da luta organizada contra o racismo no Brasil, e permaneceu em circulação até 1932. (SANTOS, 1994; PEREIRA, 2005; HANCHARD, 2002) Segundo Joel Rufino dos Santos (1994: 89) é dessa chamada “imprensa negra” de São Paulo que surge, em 1931, a primeira organização política constituída por negros para buscar melhores condições de vida para a população negra, a Frente Negra Brasileira (FNB). Ver: BARBOSA, 1998.

³ No ato de 7 de julho de 1978 foi criado o MNUCDR, Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que, no ano seguinte se tornaria somente MNU. Durante a sua criação, o MNU propunha ser um movimento nacional unificado, e conseguiu contar com a participação de militantes de alguns estados. Todavia, com os diversos rachas e com as diferentes visões em relação à luta contra o racismo, existentes no meio da militância negra, o MNU tornou-se uma entidade, como várias outras, com ramificações em todas as regiões do país.

protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia da cidade e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista. Outro caso interessante é o relatado por Vanda Menezes, sobre a motivação para a criação da Associação Cultural Zumbi, em 1979, no estado de Alagoas:

*A Associação Cultural Zumbi surge porque um companheiro nosso, que fazia medicina, na época só se tinha clubes fechados, e ele vai para um baile na Fênix [Clube]. E ele é convidado a sair desse baile porque é negro. Ele é filho de Laura Dantas. Uma mulher negra, que foi professora dos governadores... Hoje, inclusive, tem uma escola chamada Laura Dantas em um complexo do estado. E, por conta disso, há uma revolta dos próprios companheiros brancos, que faziam medicina, com essa atitude do... não chama diretor, era um nomezinho que dava a esses caras que tomavam conta desses clubes. E é uma confusão! Não me lembro se saiu página em jornal. Mas foi uma coisa muito doida, porque era um homem, filho de uma mulher negra, mas muito bem relacionada, que fazia medicina, e é posto para fora da Fênix. E aí muitos companheiros começam a discutir isso. E nós fomos chamados, eu fui chamada para uma reunião para discutir isso. Éramos 33 pessoas: duas mulheres – eu e Ana – e 31 homens, que se reúnem na Universidade [Federal de Alagoas] (...)*⁴

Ou seja, o que determinou a arregimentação, a mobilização negra que acabou resultando na criação de entidades e organizações do movimento negro contemporâneo, em geral, foram situações de racismo a que toda a população negra está exposta em nossa sociedade, e a percepção das desigualdades aqui existentes.

Entre as características específicas do movimento negro contemporâneo, que o diferencia das tentativas e organizações anteriores à década de 1970, podemos destacar ao menos três: a constante denúncia do chamado “mito da democracia racial”, ou seja, da idéia de que as relações de raça no Brasil seriam harmoniosas;⁵ a nítida, e praticamente exclusiva, aproximação com as organizações de esquerda, que marcou profundamente a constituição das primeiras organizações, ainda durante o regime militar; e a assunção do 20 de Novembro (dia da morte de Zumbi dos Palmares) como dia a ser comemorado pela população negra em substituição ao 13 de Maio (dia da abolição da escravidão), fato que engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negra, e provoca objetivamente uma revisão sobre o papel da população negra na construção da sociedade brasileira, na medida em que desloca propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição

⁴ Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 28/10/2005. Vanda Menezes é militante do movimento negro desde o final da década de 1970. Formada em psicologia, ela é inspetora da Polícia Civil do Estado de Alagoas. Foi uma das fundadoras da Associação Cultural Zumbi, em 1979, em Maceió, Alagoas. Na época da entrevista, era a titular da Secretaria Especializada da Mulher do Estado de Alagoas, Semulher.

⁵ Esse mito ganhou força especialmente após a publicação do clássico *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, e acabou se constituindo em um dos pilares de nossa “identidade nacional”, que consagra a miscigenação como uma espécie de contribuição brasileira à civilização do planeta.

para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos.⁶

O principal conjunto de fontes históricas utilizado para a elaboração deste trabalho é o acervo com 38 entrevistas de história oral com lideranças do movimento negro contemporâneo de todo o Brasil, realizadas no âmbito do projeto “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas”, implementado pela Dr^a Verena Alberti e por mim no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Neste acervo de entrevistas percebe-se que as lutas envolvendo as populações negras na África e nos Estados Unidos a partir de meados do século XX, fazem parte de uma “memória coletiva” e são recorrentemente citadas pelos entrevistados como importantes referenciais para construção de suas próprias identidades como negros e como militantes políticos. Nesta comunicação, à luz das entrevistas, já referidas, e de jornais da chamada “imprensa negra”, que ganhou novo fôlego a partir da década de 1970, será feita uma breve análise sobre a importância dessa “memória coletiva” para a construção das identidades dos militantes negros brasileiros e sobre a relação dessas identidades com as lutas ocorridas no chamado “Atlântico negro”, ao longo da segunda metade do século XX.

Hélio Silva Júnior, militante do movimento negro desde o final da década de 1970, por exemplo, fala sobre as influências externas recebidas pelo movimento, da seguinte forma:

Nós podemos identificar três matrizes de pensamento no discurso da geração que se engaja no movimento negro nos anos 1970 e 80. Três diferentes fontes, diferentes influências externas. Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas independentistas no continente africano, sobretudo, até pela facilidade da proximidade lingüística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. (...) E por fim, o movimento pela negritude, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular algumas idéias a respeito do que seria o ocidentalismo, o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos. Enfim, um modo africano de ser por meio de várias linguagens.⁷

Uma das primeiras entidades do movimento negro contemporâneo, surgida no Rio de Janeiro, foi a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, Sinba, fundada em 1974. Essa

⁶ A reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” e pela “valorização da cultura negra” já estavam presentes na Carta de Princípios elaborada quando da fundação do MNU em 1978. Para essa discussão sobre a construção do movimento negro contemporâneo, ver: ALBERTI & PEREIRA, 2007.

⁷ Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 21/7/2004. Hélio Silva Júnior foi presidente da Convenção Nacional do Negro, em Brasília, em 1986, e assessor especial de Cidadania e Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo nos anos de 1991 e 1992. Nesse último ano fundou em São Paulo o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Advogado e doutor em direito constitucional pela PUC de São Paulo, foi secretário de Justiça e Cidadania do governo paulista de maio de 2005 a março de 2006.

entidade publicava o jornal *Sinba*, que circulou entre 1977 e 1981, e logo no primeiro número, de julho de 77, na matéria intitulada “O que é a África?”, aparecem questões fundamentais para o movimento social negro que se constituía naquele momento: discussões sobre as informações que nos levam a constituir memória e sobre as identidades construídas pelos negros brasileiros. Ao questionar as informações que nos levariam a formar um senso comum preconceituoso em relação à África, o texto diz: “Falar de África como terra de nossos escravos, mãe de nosso folclore, e outros lugares comuns, é tentar manter uma imagem completamente superada no tempo. E no entanto, é a única que ocorre aos mais bem informados brasileiros.” O texto prossegue questionando a ausência de informações sobre a África contemporânea, e diz o seguinte:

(...) nós negros brasileiros somos sempre chamados a nos identificar com a África Ancestral e seus valores correspondentes da época do tráfico ou anterior. Se somos conscientes que a história não pára, por que ficamos presos àquela época e desconhecemos o seu desenvolvimento histórico? (...) Se cultural, étnica e historicamente temos tantas afinidades, se geograficamente somos tão próximos, climaticamente tão parecidos; se no campo econômico muito podemos realizar, por que ainda estamos tão mal informados e preconceituosos com relação à África? Por que quase tudo desconhecemos sobre sua história recente, sobre povos, das suas conquistas, enfim, da sua atualidade? (jornal Sinba, 1977: 5)

A memória que se buscava construir em relação à África, como importante elemento para a construção de identidades negras positivas, deveria se basear nas lutas protagonizadas por negros africanos, não só no passado longínquo, mas principalmente naquele momento histórico de descolonização, de luta por liberdade e pela conquista de melhores condições de vida. Michel Pollak, em seu artigo *Memória e identidade social*, afirma que a “memória é um fenômeno construído”, e que ela “(...) também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.” (POLLAK, 1992: 204) Ele também diz o seguinte:

Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992: 205)

Nesse sentido, parece que os militantes que faziam o jornal *Sinba*, ainda em 1977, já compartilhavam das idéias que Pollak apresentou no Brasil somente na década de 1990, na medida em que, em seu primeiro número, eles apresentaram sete matérias falando sobre as lutas contemporâneas em diferentes países africanos; desde a matéria de capa, intitulada “Depoimento de um líder estudantil de Soweto”, denunciando os horrores do regime do

apartheid na África do Sul,⁸ até matérias sobre as lutas na Namíbia e na Rodésia, e também sobre Moçambique e Nigéria, ressaltando o valor das lutas e as conquistas alcançadas.

Amauri Mendes Pereira, um dos fundadores da Sinba e um dos redatores do jornal, faz um relato interessante, refletindo sobre a importância das influências externas para a sua trajetória política posterior. Ele conta como se sentiu ao tomar contato com alguns livros que ele recebeu de um amigo e que o teriam marcado profundamente:

Entre esses [livros] tinha o Alma no exílio de Eldridge Cleaver e Os Condenados da terra de Frantz Fanon. Eu comecei a ler Alma no exílio, que foi a experiência do Cleaver, que era uma das principais lideranças dos Panteras Negras, e logo depois entrei no Fanon. Li os dois ao mesmo tempo. Foi uma loucura! Aquilo era demais! Fanon era a crucialidade, “a violência como a parteira da História.” Preconizava a violência do colonizador, o ódio... O Fanon era um pouco mais para mim do que era Che Guevara, porque o Che era um revolucionário que tinha morrido, portanto perdeu, e foi aqui na América e não era negro. O Fanon era negro. Foi uma proximidade maior que eu tive com ele. O Fanon não foi morto na luta, eles ganharam, fizeram a revolução. E na minha cabeça, aquilo me apaixonou.⁹

A transformação do conhecimento adquirido em referência para os militantes fica clara no depoimento de Lúcia Xavier, militante desde o início da década de 1980, que lembra a dinâmica das discussões no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, IPCN:¹⁰

*Então eu acho que o IPCN foi importante nisso. Também foi importante para perceber que nós não estávamos sozinhos nessa história, o mundo inteiro vivia esse drama e havia várias formas de solução desse problema. Na universidade, eu começo a ter, depois, no convívio nessa fase da minha vida, uma formação muito marxista, e também vou encontrar isso no movimento negro, principalmente nesse grupo do IPCN, que tinha como ponte os revolucionários africanos: Amílcar Cabral, Patrice Lumumba... E o Amauri fazia essa releitura sob o ponto de vista intelectual... O que ele fazia? Ele pegava os escritos e lia a realidade brasileira, e retraduzia as idéias. Não que a gente não tivesse acesso às idéias, mas, como ele era a liderança em torno da qual nós estávamos, e ele é muito... Como chama? Eu tenho uma expressão para isso: aquela pessoa que tira as frases de efeito, como a famosa “há muitos perigos na vida”. Então ele pegava aquelas frases desses revolucionários e, de repente, você estava no maior caos, e ele: “Porque Amílcar Cabral dizia...!” Então, isso ia nos ajudando também a ter essas referências. A gente tinha uma África mítica e, ao mesmo tempo, essa África, também mítica, mas aí, sob o ponto de vista da releitura dos nossos heróis e heroínas. (...) Então, a gente não sabia como o Mandela era, porque era um desenho, mas a gente tinha o entendimento da luta contra o *apartheid*, a gente tinha os contatos, porque o IPCN era um ponto de referência e lá você tinha o contato, tinha informação; mesmo que muito precária, você tinha. Era um ponto de difusão, de irradiação de informação.*

⁸ Ainda na matéria de capa, o jornal traz a seguinte informação sobre o massacre realizado pela polícia do *apartheid* num bairro negro da cidade de Soweto, África do Sul: “Soweto – 16 de junho de 1976 – mais de 600 mortos” e afirma que, segundo a Unesco, “São poucos na história os exemplos de uma polícia que disparava sobre escolares sem armas e os mata em tal quantidade que o número exato de mortos não pode nunca ser estabelecido.”

⁹ Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 31/10/2003. Além de fundador da Sinba em 1974, Amauri Mendes participou da criação do MNU, em 1978, em São Paulo. Integrou a direção do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, no Rio, em dois momentos: no início da década de 1980 e em meados da década de 1990, quando foi eleito presidente da entidade. Doutor em ciências sociais pela Uerj, à época da entrevista era pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

¹⁰ O Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, IPCN, foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1975.

Então, nos ajudou a ampliar o leque de entendimento: que aquela luta não era só nossa, não era local do nosso bairro, que o mundo inteiro passava por aquilo. Ao mesmo tempo, as referências americanas, essas referências trazidas do próprio continente africano, as coisas que aconteciam no continente europeu... Então a gente tinha lá um caldo profundo de releitura teórica sobre a maneira de superar o racismo, de enfrentar..., que nação nós queríamos, que mundo a gente queria – se mais à esquerda, se mais à direita...¹¹

É interessante notar, por exemplo, que segundo o que foi relatado no jornal *Jornegro* nº 4, de setembro de 1978, Carlos Alberto Medeiros, representando o IPCN na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, ocorrida em São Paulo em 12 de julho daquele ano, e referindo-se à “movimentação atual” dos negros, credita “a maior consciência existente em nossa comunidade” à “influência dos movimentos afro-americanos e das libertações africanas.” Vinte e seis anos depois, em entrevista cedida ao CPDOC em 2004, o mesmo Carlos Alberto Medeiros diz o seguinte em relação ao movimento negro contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 70:

Nós tínhamos muita inspiração tanto na luta na África, quanto na luta nos Estados Unidos: como é que a gente traduziria aquilo, como é que a gente pegaria as informações interessantes daquilo... Quer dizer: em nenhum momento se imaginou que se pudesse copiar as formas de luta nos Estados Unidos, muito menos na África – e particularmente na África do Sul, que é mais semelhante com a questão daqui, do que a questão da luta anti-colonial. Mas eram referências. Por exemplo: a valorização da história africana, que era uma coisa que valia lá, valia na África, nos Estados Unidos, também era válida aqui. Aqui a gente poderia acrescentar a coisa da história afro-brasileira: adaptar essa idéia e trazer isso para cá. Isso era absolutamente válido e necessário. A valorização de uma estética negra, isso era uma coisa que cabia... Certas formas de luta, certas coisas específicas podiam ser trocadas. Inclusive num movimento, que acabou sendo e como é agora – não uma coisa de mão única, mas algo de mão-dupla: eles têm vindo muito para cá. Os negros americanos, curiosamente, têm vindo muito para cá. Salvador está virando uma espécie de “Meca” dos negros americanos. Interessante essa história. Então não é uma coisa subserviente de imitação do estrangeiro. É contato, é troca. E isso a gente começou a fazer naquela época e estava claro para a gente.¹²

Um exemplo interessante e objetivo de que essa relação não seria de mão-única, como afirma Medeiros, foram os cartazes de manifestações do movimento negro brasileiro realizadas durante as décadas de 1970 e 80 em três diferentes estados (Bahia, São Paulo e Alagoas), que foram recentemente encontrados no porão de uma casa vendida na pequena

¹¹ Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 5/12/2003. Integrante do IPCN na década de 1980, em 1992 Lúcia Xavier fundou a entidade do movimento de mulheres negras Criola, que ocupava, à época da entrevista, a função de secretaria executiva da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras. Assistente social, foi vice-presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, no Rio de Janeiro, entre 1996 e 1997.

¹² Entrevista gravada em 15/4/2004. Carlos Alberto Medeiros participou da fundação da Sinba e do IPCN, em 1974 e 1975, respectivamente. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Seafro), no segundo governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro, durante a gestão de Abdias do Nascimento, de quem também foi assessor no Senado Federal (1997-1999). Foi membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), entre 1995 e 1996, e subsecretário adjunto de Integração Racial na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro. Jornalista formado pela UFRJ, é mestre em sociologia e direito pela UFF.

cidade de Charles Town, West Virginia, nos Estados Unidos. Um norte-americano branco que comprou a casa, acabou enviando os cartazes de volta para o Brasil por meio de uma brasileira, que é dona de uma loja de produtos latinos naquela cidade. Em um exemplo marcante de circulação de referenciais (neste caso, 360°), os cartazes acabaram chegando até o Brasil e a mim, que estou pesquisando justamente o impacto dessa circulação de referenciais, pelo chamado “Atlântico negro”, na formação do que alguns autores afirmam ser um “movimento negro transnacional”. (HANCHARD, 2002; GUIMARÃES, 2000)

De acordo com a pesquisa que venho realizando, entendo que essa construção, levada a cabo pelos militantes do movimento negro, de uma “identidade negra”, racializada, determinada pelo imperativo político de combater as estruturas que reproduzem as desigualdades raciais no Brasil seria animada, tanto a partir da “cultura afro-brasileira” e das relações raciais aqui existentes, quanto pelo “legado cultural e político” do que Paul Gilroy chamou de “*Atlântico negro*”, ou seja, o conjunto cultural e político transnacional de elementos e ações produzidos pela diáspora negra desde o final do século XV. Gilroy diz que

o piloto de Colombo, Pedro Nino, era africano. Desde então, a história do Atlântico negro, constantemente ziguezagueado pelo movimento de povos negros – não só como mercadoria, mas engajados em várias lutas de emancipação, autonomia e cidadania – propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento, identidade e memória histórica. (GILROY, 2001: 59)

Levando em conta toda essa discussão sobre a circulação de referenciais e as influências externas para a constituição do movimento negro brasileiro, Michael Hanchard diz que “os movimentos sociais negros brasileiros fazem parte de uma política negra transnacional”, e afirma que a FNB, por exemplo, deve ser vista, não só como forma de apresentação de história nacional e regional, “mas também como faceta integral de uma comunidade multinacional, multilingüe, ideológica e culturalmente plural uma comunidade imaginada, se quiserem, mas não necessariamente limitada por um país territorial singular.” (HANCHARD, 2002: 89)

Conhecer melhor as condições, as influências, a história da constituição do movimento negro no Brasil, bem como suas estratégias iniciais, sua articulação com os diferentes movimentos sociais, inclusive no exterior, etc., podem nos fornecer importantes elementos para pensarmos a sociedade brasileira e para que possamos compreender os mecanismos que movem as relações raciais neste país tão desigual.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilcar Araujo. “O movimento negro contemporâneo”. In: REIS, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge Luiz. *Revolução e democracia* (vol. 3 da Coleção As esquerdas no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (No prelo)

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilcar Araujo. “A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo”. In: *Estudos Históricos* nº 37, jan. – jul. de 2006. Rio de Janeiro. Pp. 143-166.

BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo, Quilombhoje, 1998.

BARCELOS, Luiz Cláudio. “Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica”. In: *Afro-Ásia* nº 17, 1996. Pp. 187-210.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. “Apresentação.” In: Guimarães, Antônio Sérgio A. & Huntley, Lynn (org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

HANCHARD, Michael. *Orfeu e o Poder: o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. “Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada.” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 1, 2002.

LEITE, José Correia e CUTI. *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Organização e textos: CUTI. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Gráfica da Alerj, 2005.

PINTO, Regina P. *O Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH / Universidade de São Paulo, 1993.

POLLAK, Michel. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Pp. 200-212.

SANTOS, Joel Rufino dos. “A Luta Organizada Contra o Racismo”. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994.